

# A COP da Verdade com comida de verdade



» MAURÍCIO ALCÂNTARA  
Cofundador do Instituto Regenera

Na abertura da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu a COP30, que será realizada em novembro, em Belém, como a “COP da Verdade”. A expressão marca um teste de coerência diante da emergência climática: não há mais espaço para promessas vagas ou metas distantes. Mas a verdade, no Pará, vai estar à mesa.

Pela primeira vez, uma conferência do clima terá comida de verdade: ficou determinada a obrigação de incluir ao menos 30% da alimentação proveniente da agricultura familiar nas zonas oficiais. Ou seja, os participantes da COP30 terão à disposição refeições mais saudáveis e diversas, e não apenas fast food, como em edições anteriores. Desde agosto, o edital da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) prevê que os cardápios priorizem ingredientes locais, sazonais e de base sustentável. A regra pode injetar ao menos R\$ 3,3 milhões na economia da Região Metropolitana de Belém — o que equivale a quase 80% do orçamento anual do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no município.

Não é pouco. Esse dinheiro pode representar renda para milhares de famílias e o fortalecimento

de cooperativas. É reconhecimento de práticas que respeitam a floresta e saberes ancestrais. Encurta o caminho entre o campo e a cidade.

Para viabilizar a proposta, foi realizado um mapeamento detalhado das cooperativas e associações locais do Pará, identificando o volume de produção, os tipos de alimentos disponíveis e a capacidade de distribuição. O estudo identificou 80 grupos produtores, entre associações e cooperativas, e cerca de 8 mil famílias da agricultura familiar aptas a fornecer alimentos para a conferência.

Há muito mais produção além dessas 8 mil famílias — este foi apenas um primeiro mapeamento para demonstrar isso. A diversidade de produtos e produtores no Pará é capaz de fornecer muito além da meta mínima estabelecida no edital. O desafio é coordenar logística, armazenagem e transporte, garantindo regularidade e qualidade no abastecimento durante a cúpula. Nesse sentido, a COP30 pode funcionar como laboratório para aprimorar compras públicas e fortalecer a conexão entre oferta local e grandes demandas.

A COP30 busca deixar um legado de políticas públicas, mostrando que é possível alinhar alimentação e clima. Todo o processo seguirá as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira, respeitando as culturas alimentares da região. A expectativa é inspirar políticas que fortaleçam a agricultura familiar após a conferência e influenciem futuras COPs a alinhar cardápios ao debate.

Alimentação sustentável não é apenas uma questão de saúde. É ferramenta contra as mudanças climáticas e vetor de inclusão econômica. Trazer a agricultura familiar para o centro da COP30 mostra

que outro modelo de produção é possível e necessário. Reforça que soluções climáticas envolvem justiça social, renda e reconhecimento de quem vive e trabalha na floresta.

Existe uma conexão direta nessa equação. Dados revelam que 74% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil estão ligadas à produção de alimentos — em especial pela agropecuária e pelo desmatamento. Globalmente, essa proporção é de cerca de 30%. Ao priorizar sistemas agroecológicos e comprometidos com a biodiversidade, a COP30 sinaliza que a cadeia alimentar pode ser parte da solução. Comer é um ato político que apoia a transição para um futuro de baixo carbono.

Oferecer uma alimentação local, nutritiva e sustentável durante a conferência é um passo para valorizarmos quem protege a floresta e produz com base em saberes ancestrais. Também pode transformar a Região Metropolitana de Belém em exemplo de priorização da agricultura familiar nas políticas de abastecimento. O legado pode se consolidar em planejamento contínuo, contratos de compra, assistência técnica e melhorias logísticas.

Se a COP30 será, como Lula prometeu, a “COP da Verdade”, o cardápio antecipa um dos caminhos possíveis. A comida de verdade, produzida de forma sustentável e com protagonismo da agricultura familiar, pode ir além da refeição servida nos intervalos: tornar-se agenda permanente de dignidade no campo, soberania alimentar e combate à crise climática. A mesa de Belém é, afinal, a mesa do Brasil: diversa e capaz de apontar um futuro em que desenvolvimento e sustentabilidade caminham juntos.



## Os bons exemplos para o desenvolvimento do país



» CARLOS RODOLFO SCHNEIDER  
Empresário

No início dos anos 1950, a renda per capita do Brasil correspondia a 10% da americana, e a da Coreia do Sul menos do que isso — e o Brasil era mais rico do que o país asiático. Hoje, nossa renda per capita equivale a 20% da americana, e a da Coreia do Sul, 70%. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2023 o PIB per capita sul-coreano foi de US\$ 35.563, quase quatro vezes o brasileiro, de US\$ 9.032. Os dados constam de estudo do professor Tiago Cavalcanti, da Universidade de Cambridge e da FGV-SP.

Cavalcanti aponta que a estabilidade e a consistência macroeconômicas são essenciais para o desenvolvimento, algo que falta ao Brasil. Nossa relação dívida/PIB é 20% superior à coreana, mas não traz infraestrutura e serviços públicos melhores do que os deles, muito pelo contrário. Mesmo gastando muito, o Brasil tem educação inferior e produtividade estagnada.

A trajetória da dívida pública é ditada pelo resultado primário (receitas menos despesas), mais os gastos com juros. Quando o resultado é negativo, há déficit nominal, que pressiona a dívida. Segundo o BTG Pactual, a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Central

(BC), o Brasil fechou 2024 e deve fechar 2025 com o segundo pior déficit nominal entre 23 países emergentes de renda média e economias desenvolvidas. Nosso déficit equivale ao dobro da média dos países latino americanos, o que leva o mercado a entender que a dívida continuará subindo, e faz o prêmio de risco aumentar, elevando o custo para financiar a dívida. É o ciclo vicioso que vivemos.

Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro, alerta que com o atual arcabouço, que prevê crescimento real da despesa, não se sabe quando a dívida pública vai parar de crescer. Assim, é remota a perspectiva de recuperar grau de investimento, que avalia a capacidade de países pagarem as suas dívidas. E o custo para rolagem da dívida certamente não baixará.

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, é cético em relação à situação fiscal e à trajetória da dívida. Aponta medidas necessárias: corte nos gastos da previdência e na folha de pagamentos do Estado (que representam 80% dos gastos), e nos subsídios tributários, que equivalem a 7% do PIB. Fraga, como outros economistas, tem convicção de que um ajuste mais profundo traria resposta positiva do mercado e investidores.

Temos visto no Brasil medidas de redução do déficit pelo aumento da receita. É um modelo esgotado, pois já temos a maior carga tributária entre os emergentes. E a transferência de recursos da iniciativa privada, que gasta com mais eficiência, para o poder público, que gasta mal, compromete a boa alocação dos recursos na economia e, por consequência, a produtividade, o que é confirmado pelas estatísticas. Há, então, um triplo desafio fiscal: o Estado gasta muito e mal e, além disso,

é tolhido por um orçamento engessado. São esses os fatores que limitam a evolução do rating do Brasil nas agências de risco.

Em maio, a Moody's piorou sua perspectiva para a nota de crédito brasileira de “positiva” para “estável”, em função da rigidez do orçamento e do espaço fiscal limitado para enfrentar choques. Mencionou a vinculação de benefícios sociais ao salário mínimo, o salário mínimo ao crescimento da economia, e alguns gastos à arrecadação, além do comprometimento anormal do orçamento com gastos obrigatórios. Sobre pouco para investir e enfrentar desafios e, por consequência, para crescer com consistência.

A poupança doméstica é fundamental para financiar o investimento de um país. Segundo o FMI, enquanto países asiáticos de forte crescimento registraram altas taxas de poupança doméstica — Índia e Indonésia na casa dos 30% e China acima de 40% — e vizinhos como Chile e México em torno dos 20%, o Brasil apresentou 14,5%, em 2024, recuando pelo terceiro ano seguido. O economista Alberto Ramos, do Goldman Sachs, atribui a queda ao déficit público: “o governo gastou a rodos, saímos de um déficit nominal de 4,7% do PIB, em 2022, para 8,45% em 2024. E não foi um aumento associado ao investimento público”, critica. O economista Armando Castelar, da FGV, observa que “a despesa do governo é, historicamente, o que explica o baixo nível de poupança no Brasil”.

Com muito gasto, pouca poupança e baixo investimento, estamos envelhecendo com um crescimento contido. E, como bem lembrou o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, “não há registro de país que tenha enriquecido depois de ter envelhecido.” Que a Coreia do Sul nos inspire.

## Como um avião em pleno voo: a medicina avança mais rápido do que parece



» GUSTAVO FERNANDES  
Médico oncologista e vice-presidente da Rede Américas

No consultório, não é raro o paciente olhar nos meus olhos e perguntar: “Doutor, quando é que vai aparecer algo novo para o meu caso?”. Essa expectativa é legítima — e eu a compartilho. Afinal, cada semana sem uma boa notícia pode parecer um atraso inaceitável diante de uma doença que não espera. O que nem sempre fica claro é que, na oncologia, a velocidade da mudança é inédita. O câncer acompanha a humanidade há milhares de anos, mas foi só no último século que começamos a compreendê-lo de fato. E, na última década, testemunhamos uma revolução silenciosa e, ao mesmo tempo, estrondosa, com avanços que mudam não apenas protocolos, mas a própria lógica do tratamento.

Gosto de recorrer a uma metáfora para explicar essa sensação: quando estamos dentro de um carro em alta velocidade, ou em um avião cortando o céu a quase mil quilômetros por hora, nossa percepção não acompanha a velocidade real. Tudo parece estável, quase parado, mas basta olhar pela janela para percebermos o quanto já avançamos. O referencial importa muito. A oncologia vive algo parecido: para quem está de fora, pode parecer que as novidades chegam devagar demais; mas, para quem acompanha de perto os bastidores da ciência, a transformação tem sido vertiginosa.

Alguns desses progressos parecem saídos da ficção científica. As terapias de bloqueio de checkpoints imunológicos — como os anticorpos anti-CTLA-4 e anti-PD-1/PD-L1 — renderam o Nobel de Medicina em 2018 e hoje já têm papel em mais da metade dos tipos de câncer, mobilizando o próprio sistema imunológico contra o tumor. As terapias CAR-T, em que células de defesa do paciente são retiradas, treinadas em laboratório e devolvidas para atacar a doença, transformaram o tratamento de leucemias e linfomas e começam a chegar aos tumores sólidos.

Outros avanços são mais discretos, mas igualmente sofisticados. É o caso dos anticorpos-droga conjugados, que entregam uma carga tóxica diretamente na célula cancerígena, e dos anticorpos bispecíficos, capazes de aproximar linfócitos e células tumorais para promover sua destruição. Pela primeira vez, conseguimos atingir mutações como a KRAS — presente em uma grande fração dos cânceres — com medicamentos específicos. E, no campo das terapias radioligantes, moléculas guiadas por alvos tumorais levam radiação letal de forma precisa, como no tratamento de câncer de próstata com PSMA.

O conceito de “terapia agnóstica” — tratar não o órgão de origem, mas a mutação responsável pelo tumor — também ganhou força, com drogas aprovadas para alterações como MSI-H/dMMR e fusões NTRK. No diagnóstico e acompanhamento, a biópsia líquida já permite detectar doença residual mínima no sangue, ajudando a decidir se vale ou não fazer quimioterapia adicional. E a revolução na imagem médica, com PET-CTs de altíssima resolução, marcadores como o PSMA para próstata e o PET de receptor de estrogênio para tumores hormônio-dependentes, mudou radicalmente nossa capacidade de localizar e entender a doença.

Mais recentemente, um avanço emblemático veio do campo das vacinas de RNA. Em um estudo publicado na *Nature*, pacientes com câncer de pâncreas — um dos mais letais e resistentes — receberam uma vacina personalizada feita a partir do próprio tumor. O processo envolve coletar o material após a cirurgia, identificar mutações específicas e, em poucas semanas, produzir uma vacina de mRNA que ensina o corpo a reconhecer essas alterações. Combinada à imunoterapia e à quimioterapia, a estratégia estimulou em metade dos pacientes uma resposta imune robusta e duradoura, reduzindo de forma significativa o risco de recidiva. Pela primeira vez, vimos evidências de que até tumores historicamente refratários podem ser sensibilizados por uma vacina — um passo promissor rumo a terapias realmente personalizadas.

Nem todo avanço, porém, tem nome novo. Cirurgias robóticas, protocolos anestésicos mais seguros, ressonâncias e tomografias de altíssima definição fazem parte de um progresso silencioso — uma evolução de tecnologias que continuam com o mesmo nome, mas hoje salvam mais vidas e deixam menos sequelas.

O câncer ainda é um desafio imenso e continuará sendo pauta de saúde pública por muito tempo. Mas, a cada ano, o arsenal contra ele se expande com armas mais precisas e menos agressivas. Parte da nossa missão, como médicos, é mostrar ao paciente que, mesmo que a cura definitiva ainda não esteja em mãos, o caminho até ela está sendo percorrido em velocidade impressionante.

E talvez essa seja a melhor metáfora: como dentro de um avião em pleno voo, a sensação é de estabilidade, mas basta olhar para trás para perceber o quanto já avançamos. Na oncologia, o impossível começa a se tornar rotina — mesmo que, dentro da cabine, ainda pareça silêncio.